



## **ENTRADAS AO LABIRINTO: A CIÊNCIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA**

### **ENTRIES TO THE LABYRINTH: THE CONTEMPORARY SOCIAL SCIENCE**

### **LOS ENVÍOS AL LABERINTO: LA CIENCIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA**

**Fernando Cardoso Pedrão, Dr.**  
Universidade Salvador/Brazil  
fcpedrao@terra.com.br

#### **RESUMO**

As ciências sociais se distinguem das que tratam do mundo físico por sua relação sujeito-objeto, em que ambos termos denotam seres sociais historicamente constituídos e portadores de consciência social. Eventuais analogias com o mundo físico ou com o reino animal não atingem ao âmago da questão que é a relação orgânica entre a objetividade histórica e a subjetivismo do mundo social. O pleito atual acerca da teoria social refere-se a sua capacidade para representar os problemas da vida social contemporânea. Pluralidade e desigualdade representam colonialismo, alienação, dominação, além de mobilidade desigual. A pluralidade com que se realizam os relacionamentos é um labirinto cujas entradas são modos de organização entretanto sujeitos a mudanças contínuas.

**Palavras-chave:** Ciência social; Abordagem crítica; Visão histórica.

#### **ABSTRACT**

Social sciences distinguish itself from those of nature by its subject-object relationship that is historical and carries social experience. Social activity is performed by social beings who develop the consciousness of their life conditions. Analogies with the physical world are incidental and do not reach the core of the question that is the organic relationship between the objectivity of history and the subjectivism of social life. The challenge of social theory lies on its capacity to depict the contemporary world. Plurality and inequality are essential to this world representing colonialism, alienation besides mobility and access to labour world. Nowadays social world is a maze which entries are the organizational modes also changing.

**Keywords:** Social Science; Critical approach; Historical view.

#### **RESUMEN**

Las ciencias sociales se distinguen de las del mundo físico por la relación sujeto-objeto en la que ambos términos representan seres sociales historicamente formados portadores de conciencia social. Posibles analogías con el mundo físico o con el reino animal no llegan al cerne de la cuestión que es la relación orgánica entre la objetividad histórica y el subjetivismo de la vida social. La disputa actual acerca de la teoría alude a su capacidad para representar el mundo contemporáneo. Pluralidad y desigualdad representan colonialismo, alienación además de movilidad. La pluralidad de modos cómo se realizan las relaciones es un laberinto cuyas entradas son modos de organización que sin embargo cambian seguidamente.

**Palabras clave:** Ciência social; Pensamiento crítico; Visión histórica.

*Através da maior parte do presente século, se não antes, tem havido nas ciências sociais e do comportamento neste país, um forte desejo de se identificar com as ciências “duras”. Isso tem ido tão longe como para gerar visões empiricistas radicais da filosofia da ciência que virtualmente relegaram toda teoria a fragilidade<sup>1</sup> de pensamento. (Talcott Parsons)*

<sup>1</sup> Escolhi citar Parsons, justamente, por ser um autor representativo de um esforço honesto apesar de distante da abordagem representada neste estudo. O termo usado por Parsons, *softmindedness*, corresponderia a uma expressão pouco acadêmica como miolo mole.

## 1 O PONTO DE PARTIDA

A questão em torno da cientificidade das ciências sociais é mais que um problema acadêmico e responde à possibilidade de estabelecer um tratamento científico de problemas essenciais para uma integridade ideológica, capaz de reagir à alienação conduzida pelo capitalismo avançado. Essa afirmação depende da capacidade para estabelecer uma relação sujeito-objeto sobre bases próprias, diferentes daquelas das ciências da natureza. Tais bases são a historicidade e a subjetividade na relação entre sujeitos e objetos socialmente construídos. Ambas foram decisivamente afetadas pela colonização como máxima representação da desigualdade social inerente à modernização. Por isso, o ponto de partida necessário de uma leitura crítica da teoria social hoje é a autonomia gnosiológica das ciências sociais como fundamento de sua capacidade de se colocarem perante a problemática social contemporânea. Nesta, colonização e dominação são componentes fundamentais.

A cisão com a epistemologia das ciências físicas e da base kantiana é essencial. O movimento combinado de identificação de objeto e de método de estudo e de demonstração dá conta do estatuto de ciência social mas deixa em aberto o desafio das questões imperativas de hoje. Sua constituição surge de um movimento combinado de identificação de objeto e de método e do desenvolvimento de uma capacidade de usar com objetividade os diversos tipos de conhecimento disponíveis. A cientificidade virá do modo de tratar o material coligido e não de propriedades desse material. Trabalha-se com informações organizadas em séries e com informações esporádicas, com depoimentos de membros de elites e com declarações de pessoas analfabetas. Há uma informação na superfície dos dados e outra que sai de camadas mais profundas de significado dessa mesma informação. A relação entre a superfície e o interior só pode ser aproximada mediante uma mediação, que é a historicidade da teoria. Séries de trabalho só são significativas quando situadas em processos históricos concretos. O caráter científico do trabalho virá do esforço de penetrar nos significados diretos e indiretos do desafio representado por um problema, situando-se no limite do confiável. O trabalho científico não oferece respostas finais senão aproximações que são sucessivamente superadas. O fim das certezas alegado por Prigogine como uma situação atual da ciência aqui corresponde ao reconhecimento do seu fundamento ontológico. A ciência social é o modo de conhecer do ser humano, que é social, histórico e carrega antecedentes culturais.

O desafio para uma ciência social auto-consciente está em identificar um objeto ontologicamente significativo, já que ela surge marcada por visões do universo europeu, em que predominam países que foram ou são colonialistas, incapazes de absorver as visões de mundo dos que foram colonizados. Enquanto a visão do colonizador é simplificadora por natureza a dos colonizados recupera a pluralidade essencial. Em vez de branco, negro e índio, os diversos brancos, os inúmeros índios e os vários negros.

## 2 UMA RUPTURA INEVITÁVEL COM A FALSA TUTELA

A adesão às temáticas e aos pontos de vista das nações colonialistas resulta em subalternidade ou em uma tutela sutil que se propagou na academia nos modos de adesão acrítica a certos pensadores franceses ou à máquina acadêmica norte-americana. A reação contra a tutela em ciência social configura-se contra a

abordagem positivista da ciência. A segunda metade do século XX foi um período de reconhecimento de grandes temas e de cobrança de efetividade da teoria para identificar temas socialmente importantes, assim como para desenvolver modos adequados para tratá-los. Não só para compreender a genética e o funcionamento do mundo social, mas para sustentar uma explicação do processo civilizatório que se encontra ameaçado pela irracionalidade dos autoritarismos e dos fanatismos. Formou-se uma distância entre aqueles que olham para os processos da realidade social e aqueles outros que olham para os processos do corpo da teoria<sup>2</sup>. A seguir há um distanciamento entre os que olham para os aspectos formais da teoria e os que vêm seu conteúdo que responde por sua originalidade<sup>3</sup>. Em economia é o rompimento com a economia neoclássica e em sociologia, com o neopositivismo. Os recursos operacionais a serviço da teoria, como a quantificação e o empirismo tornam-se imperativos e levam, por vezes, a confundir análise com teoria.

Há uma questão relativa à identidade da teoria e seu sentido de finalidade. Transcendência e fenomenologia, respectivamente, no sentido de Kant e de Hegel. O prestígio alcançado pela teoria do desenvolvimento nas décadas de 50 a 70 deveu-se em grande parte a levantar questionamentos essenciais da vida moderna. Mas seu recuo, diante da maré conservadora das representações do grande capital revelou uma fragilidade dos progressos sociais das periferias diante dos controles financeiros, tecnológicos e militares das grandes potências. A ciência social ficou imprensada entre as escolhas de temas da moda e as de temas essenciais à reprodução do mundo da vida e para a explicação dos processos sociais do poder. Assim aconteceu com o tema da formação de classes sociais e de poder do Estado nacional, assim como da inter-relação entre desigualdades e oportunidades de renda e os bloqueios sociais deixados pelo colonialismo. São desafios que não podem ser ignorados sem perder a autonomia da ciência.

## 2.1 Um acesso ao labirinto: consciência histórica e prática científica

A reflexão sobre os fundamentos da teoria leva a rever a trajetória percorrida e os valores submersos nessa teorização. Foi preciso reconhecer novas linhas de tensão temáticas conseqüentes da ruptura do colonialismo tradicional e das novas condições de mobilidade internacional de capital e de trabalho. Situam-se requisitos de efetividade da teoria social e de consistência na ligação entre a esfera da análise aplicada e da teoria da ciência. Os pleitos levantados desde a crítica da racionalidade da ação social até a crítica da racionalidade superficial pelo absolutismo lógico (ADORNO, 1963) desenham um mapa de descontentamento com o saber oficializado que define os temas e as críticas aceitáveis. Invocar uma visão histórica como chave mestra de superação do positivismo não é suficiente. Apenas evidencia a necessidade de suporte da crítica em conteúdos históricos concretos, como apontou Lukács (1926). Para ser significativa a crítica precisará preservar o

<sup>2</sup> É o tema dos seminários de Lucien Goldmann sobre Processo e Estrutura.

<sup>3</sup> O ensaio de Althusser sobre a questão do conteúdo na obra de Hegel trabalha com a impossibilidade de se construir uma filosofia da vida que se limite a aspectos formais e cujo conteúdo não se arrisque a interpretar. Hegel construiu um sistema e um conjunto de linhas de desenvolvimento de uma especulação ontológica que segue fios condutores entre história, estética e filosofia, paralelamente estabelecendo uma leitura da natureza. É o pensador moderno que inspirou mais interpretações radicalmente diferentes umas das outras, várias delas tentando visualizar o significado de sua obra por meio de alguma de suas obras. O próprio Hegel contribuiu para uma leitura simplificadora de seu trabalho ao publicar uma enciclopédia em compêndio. Dentre seus inúmeros leitores, Herbert Marcuse com sua ontologia, Ernst Bloch com sua visão sintética e Georg Lukács com seu jovem Hegel, estabeleceram referências que se tornaram demarcatórias. Como disse Marcuse, Hegel tornou a sociologia inevitável. Para uma leitura de hoje da teoria social, é indiscutível a precedência do eixo fenomenologia-lógica-história como eixo de uma renovação da relação entre teoria e práxis. Depois do retorno de Hegel através desses pensadores e do grupo de Frankfurt, Hegel é redescoberto como pai de uma teoria filosófica da história que, além de recuperar a filosofia grega, funda uma abordagem da teoria da história.

fundamento teleológico das práticas constitutivas do cotidiano e em suas dimensões institucionais e práticas (NEGRI, 2008). Assim como a esfera local está claramente penetrada pelos desdobramentos do mundo globalizado, o cotidiano deixa de ser restrito ao local e passa a sintetizar a relação de internacionalidade da vida social em seu conjunto. A dificuldade operacional da crítica vem de que ela não pode ser simplificada, mas deve incorporar as novidades das práticas societárias que modificam a vida social.

Trata-se do desenvolvimento de uma visão crítica da teoria da ciência na perspectiva do mundo social, que encaminha um discurso independente dos sucessivos modos de colonialismo gerados pelo capitalismo. A questão do colonialismo surgiu como um aspecto da periferia do processo do capital, identificado com momentos anteriores do capitalismo, mas retorna como um argumento essencial da desigualdade internacional (FERRO, 2008). Em primeiro lugar, o colonialismo iniciado pela ascensão da burguesia no amadurecimento do capital mercantil teve características diferentes daquelas do antigo colonialismo grego e do romano, em que substituiu a extração de produtos e tributos pela de excedente econômico e de matérias primas<sup>4</sup>. Em segundo lugar, o colonialismo do imperialismo, formado a partir do Tratado de Viena e concluído com o Tratado de Versalhes, gerou estruturas administrativas, como a francesa e a holandesa, que não tiveram capacidade de se adaptarem às mudanças das colônias, enquanto outras como a inglesa e a norte-americana desenvolveram novas estratégias de flexibilidade, utilizando com mais eficiência os canais da alienação. Finalmente, o colonialismo gerou necessidades de mobilidade social que não poderia atender e que tiveram efeitos retardados como as queimas de automóveis na França e os atentados cometidos por muçulmanos nascidos na Inglaterra. Com todas suas variedades de manifestação, com sua insuspeitada ou negada complexidade, o colonialismo é muito mais que um aspecto da civilização e que um mecanismo resultante da formação do capitalismo. Ao mesmo tempo, é uma manifestação da ambivalência do processo do capital, que cultiva uma ética contratual na Europa enquanto pratica apropriação violenta no resto do mundo. A colonização gera uma dependência reflexiva que atinge a formação das estruturas nacionais que são constantemente solapadas pela inserção de valores da condição de subordinadas. Por isso, ao passarem por alto a problemática colonial as teorizações pós-modernistas, inclusive aquelas elaboradas por magrebinos transformados em franceses, soam vazias, como peças de uma estética sem objeto. A recomposição do mundo moderno a partir da esfera colonial, talvez começando com as obras de Samir Amin, de Pannikar e de Amartya Sen, continuando com o trabalho de Marc Ferro, implica em toda uma construção do mundo antigo a partir do atual e em uma crítica radical da modernização e da pós-modernidade<sup>5</sup>.

Impõe-se recuperar o debate das últimas décadas, mesmo quando para reler momentos de discursos centrais em outra perspectiva. Cabe lembrar Habermas, quando ele diz que a economia se converteu em um subsistema da sociedade que se desentende de problemas de legitimidade, reduzindo sua racionalidade ao espaço conceitual de questões de equilíbrio, com o que, entendemos, esvazia o próprio significado histórico de equilíbrio. Ora, o equilíbrio é um espaço mítico, uma situação imponderável que deve ser situada no tempo, mas

---

<sup>4</sup> Forma-se aí a noção de excedente introduzida pelos Fisiocratas e que passou a balizar os estudos que levaram a construir uma macroeconomia da produção industrial. A noção de excedente deixou de representar resultados físicos para denotar valor expropriado e para descrever condições de exploração integradas ao sistema produtivo. A noção de excedente reformulada por Marx, no centro de sua teoria da exploração, funciona como ligação entre os processos de exploração realizados dentro dos estabelecimentos produtivos e os que são organizados de modo difuso no sistema produtivo em seu conjunto. Em nosso estudo denominaremos de mais valia direta e indireta.

<sup>5</sup> Essa crítica será gradualmente consolidada em uma leitura das propostas de pós modernidade como de algo separado dos movimentos da modernização que se passa a identificar com a racionalidade da defesa de uma ideologia defensora do poder da burguesia. Veremos a colonização como manifestação de um comportamento recorrente dos países mais industrializados, coincidentemente, os europeus e os norte-americanos.

que é contraditória com a temporalidade dos processos reais. Não há como contrapor equilíbrio a não equilíbrio, senão como colocar uma situação de equilíbrio com outra que a antecede ou que a sucede e que não é equilíbrio. O mesmo Habermas lançará uma semente de discórdia com o formalismo da análise simplificadora quando diz que “o conceito dialético de totalidade não cai sob a justificativa crítica aos fundamentos daquelas teorias da forma que em seu âmbito rechaçam todo tipo de pesquisa realizada conforme as regras formais da arte analítica”<sup>6</sup>. Também, uma contribuição anterior e demarcatória de Maurice Dobb, estabelece como critério de avaliação da teoria sua capacidade de registrar e resolver problemas do mundo da prática<sup>7</sup>. Volta-se à problemática da razão prática demarcada por Kant, mas à luz do questionamento histórico compactado por Hegel e por Marx e reaberto com a visão de pluralidade do mundo pós-colonialista. A faculdade individual da razão é substituída por uma racionalidade das relações sociais, em que razão não só é capacidade de argumentar como também de garantir através do discurso uma interatividade socialmente inclusiva. A partir daí teríamos a versão de Weber sobre o problema de compreensão como um ato de razão e a de Habermas com a racionalidade dialógica. Finalmente, a racionalidade não seria somente a dos indivíduos participantes do processo social da economia, mas do sistema que inclui e exclui pessoas de funções sociais. Chega-se à exploração sistêmica característica do mundo globalizado.

A crítica interna da teoria econômica construída por Marx ganhou um adendo com as teorias do desenvolvimento, que mostraram a inviabilidade de manter a explicação econômica separada dos processos de poder, ao contrastar desenvolvimento com subdesenvolvimento. Quanto elas são apenas manifestações de discordância burguesa, ou refletem reações mais profundas à renitência do colonialismo é algo ainda por esclarecer. Superando as limitações históricas das primeiras versões das teorias do desenvolvimento, já fossem com o nome de teorias do subdesenvolvimento ou da desigualdade, tornou-se necessário rever sobre quais referências de relações internacionais se pensa em desenvolvimento. Não por acaso o debate sobre desenvolvimento ignorou a relação entre colonialismo e subdesenvolvimento. Os estudos sobre colonialismo, desde Fanon e Pannikar até Marc Ferro mostram a incongruência dessa separação temática e da simplificação dos problemas de subdesenvolvimento, que parecem ser apenas dos colonizados.

Ao procurar superar o estreitamento do horizonte de teoria causado por uma simplificação regional indevida, a teoria do desenvolvimento teria que reconhecer onde se trata efetivamente de desenvolvimento e onde estão os interesses das elites em busca de restauração de sua prosperidade. Onde se trata de desenvolvimento do sistema produtivo capitalista e onde há desenvolvimento das condições de vida das pessoas. Como este estudo parte de uma insatisfação com o encaminhamento da economia como e enquanto ciência social, terá que acompanhar as mudanças substanciais que se gestaram fora do círculo da ortodoxia.

---

<sup>6</sup> Jürgen Habermas, *La lógica de las ciencias sociales*, Madrid, Tecnos, 1988, PP.21. Esse trabalho é uma revisão crítica do positivismo visto como uma racionalidade diminuída. A passagem da razão prática kantiana a uma racionalidade de um coletivo equivale, em termos marxistas, a procurar a racionalidade possível a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas, que vem a ser um programa que só pode ser realizado sobre dados de situações históricas concretas.

<sup>7</sup> Maurice Dobb, *Economia Política y capitalismo*, (1957), pp.13. Para Dobb a sustentação da teoria depende de que sua historicidade acompanhe a do próprio sistema. Em seus estudos sobre a formação do capitalismo desenvolveu uma argumentação sobre o papel da formação de classes na constituição do sistema produtivo, mostrando que são processos mais longos que respondem por sucessos aparentemente alcançados em curto prazo.

## 2.2 A luta pelo direito de opinar

O que realmente distingue as ciências humanas das ciências da natureza é a ontologia, isto é, a ligação entre a formação de conhecimento e a identificação do sujeito do processo de conhecer (LUKÁCS, 2010). O que caracteriza uma crítica da teoria concebida na perspectiva da periferia ex-colonial do sistema produtivo internacionalizado é que ela é uma resposta ao colonialismo, contrapondo-se à visão euro-norte-americana. Busca-se um significado historicamente diferenciado de crítica, apontando a sua raiz ontológica. A crítica social da teoria da ciência surge como uma manifestação ideológica, porque reconhece uma pluralidade de ciências e porque se identifica com uma prática científica que tem que se haver com as condições históricas do trabalho científico (CASTELLS et al., 1976)<sup>8</sup>. No campo das ciências humanas a economia tem uma responsabilidade muito especial porque foi aquela que tomou o positivismo como caminho por excelência do discurso reconhecido como científico.

As ciências sociais devem esclarecer o mundo social tanto como as ciências da natureza devem explicar o mundo natural, mas elas não podem fazer isso como se fossem cirurgiãs operando um paciente inerte. Para as ciências sociais a teoria social deve, portanto, ocupar-se de temas relevantes a esse objetivo fundamental e a leitura crítica da teoria das ciências deverá focalizar nesse sentido de finalidade. Temas menores e colaterais podem ser aceitos sem perder de vista o que é mais importante e inevitável. A escolha de temas e a de método envolvem uma aderência à esfera social da racionalidade e o desligamento do que Schumpeter denomina de teologia racional<sup>9</sup>. O campo de trabalho é o mesmo e as abordagens divergem apenas no relativo à materialidade do sistema, em que a Economia Política focaliza no eixo sobrevivência-acumulação, sem negar que se trata de um problema de poder em seu sentido mais amplo.

Desde a década de 1970, o debate substantivo sobre as ciências sociais e por extensão sobre a teoria da ciência, tem ficado por conta da sociologia, tendo a Economia Política recuado sob a avalanche de neo-positivismo apresentado na forma de economia neoclássica. Desde então, a construção de uma plataforma conservadora unificada, com aspiração a ser a única forma possível de teoria e análise compatível com a era do grande capital internacionalizado<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Nesta busca da fundamentação de uma visão crítica da teoria da ciência impõe-se uma referência inicial à coletânea intitulada *Epistemologia e ciências sociais*, de Castells, Monod, Dan, Desanti e Grisoni (Lisboa, Rê, 1976) em que o próprio Castells, em ensaio intitulado *Prática epistemológica e ciências sociais*, demarca caminhos de debate que continuam plenamente atuais. Independente de alguma divergência sobre o que se configura como um privilégio excessivo à polaridade empirismo-humanismo, temos aqui os elementos de um descolamento histórico necessário em relação com uma epistemologia que confunde sensações com razão ou que descuida do fator prova das proposições. Nosso problema não é somente de garantir a continuidade dos processos de formação de pessoas detentoras de conhecimento, mas vai ao controle dos meios de produzir conhecimento novo.

<sup>9</sup> Joseph Schumpeter ( *Economic Doctrine and Method*, 1967) identifica a constituição da economia como ciência com essa separação dos ranços teológicos e com o exercício de uma “racionalidade calma” a la Aristóteles, consciente de condições e restrições do mundo real.

<sup>10</sup> Correntes divergentes dentro do universo da economia burguesa como o keynesianismo e os neo-keynesianismos (pelo menos quatro), os neo-ricardianos e neo-schumpeterianos, trouxeram importantes contribuições operacionais mas não escapam dos preceitos básicos dessa ortodoxia que está demarcada pelos conceitos de escassez relativa, racionalidade equivalente de todos os participantes e equivalência financeira entre todos os participantes. Uma importante ruptura com esses preceitos que pode ser encontrada na obra de Alfred Marshall que se remete à hipótese de que as condições de escassez podem variar em uma economia em que os ajustes entre oferta e procura se dão mediante deslocamentos graduais. A recomposição da hegemonia neoclássica sobre os diversos grupos de keynesianos pode ser interpretada como uma reafirmação da lógica do capital mundializado, mesmo considerando que o principal objetivo de John Maynard Keynes era uma teoria monetária da produção e que Joseph Schumpeter tentou rearticular a lógica da corrente circular dos Fisocratas em termos de um capitalista individual. A visão de Schumpeter de economia como ciência social, que está documentada em sua *History of economic analysis* (New York, Oxford Press, 1966) quando fala de uma sociologia da economia raramente faz parte do Schumpeter reduzido a empreendedorismo, assim como se costuma ignorar sua contribuição em *Economic doctrine and method* (New York, Oxford Press, 1967) quando enfrenta o tema do



O esforço gigantesco de Marx de criar uma Economia Política Crítica teria ficado interrompido por uma superação da análise econômica marxiana, não fosse que ela ficou como um questionamento irreduzível das bases que sustentam a economia burguesa. O trinômio central constituído por extração de mais valia, alienação e captação de excedente resume uma dinâmica do sistema produtivo em seu conjunto que pré-determina os rumos das escolhas de tecnologia e o rumo das escolhas do capital financeiro na determinação de novos investimentos.

A crítica da teoria da ciência oriunda da Economia Política é parte, portanto, de sua própria justificativa histórica. Nessa qualidade, a economia neoclássica constituiu-se como a economia do pacto mundial de interdependência do capitalismo, que se torna antípoda de uma teoria social. A própria economia deixa de se ver como uma ciência social, entendendo-se como uma espécie de engenharia da produção, reduzindo tudo a modelos, mesmo quando maneja informações duvidosas e há mais fatores de incerteza que de certeza<sup>11</sup>.

Assim, ao reconhecer que a preservação da ciência social depende de seu poder de crítica, torna-se clara a necessidade de desenvolver uma leitura atualizada da teoria da ciência em que se apóiam as ciências sociais. Neste rumo, este é um estudo sobre a formação da teoria do conhecimento no campo social, nas condições sociais, econômicas e políticas de hoje, assumindo a clivagem entre as referências dos países líderes em ciência e as de nações com menos história e outras experiências. Distinguimos teoria do conhecimento e teoria da ciência, assim como distinguimos gnoseologia, teoria do saber, de epistemologia, teoria do conhecimento. Estabelecer nossos pontos de vista é um modo de romper com os processos de alienação. Mas tudo é parte de um mesmo momento histórico em que se descobrem os traços das heranças de diversos tipos de preconceito.

Na esteira do apogeu do neoliberalismo formou-se um ambiente de desânimo da ciência social, que recuou cada vez mais a posturas que evadem as questões centrais da sociedade do capitalismo, voltando-se a questões operacionais, aceitando uma posição defensiva frente às ciências da natureza, diante do assalto utilitarista das disciplinas de gestão. É uma política de avestruz que descuida do fato de que se esquivam os temas historicamente mais importantes perde-se essa cientificidade que se pretende ter. A retomada de uma atitude de vanguarda tem um significado ideológico e histórico, que tem sido o sentido de finalidade da obra de István Meszáros, especialmente em seu *Para além do capital* (2004), assim como tem um sentido de finalidade da pluralidade histórica que se desdobra em uma atitude positiva perante a teoria da ciência. Tal questionamento da teoria da ciência, portanto, não é apenas metodológico senão tem uma raiz ontológica, ao por em tela de juízo o próprio ser da ciência como e enquanto conhecimento socialmente legitimado.

---

desenvolvimento da economia como ciência. Tanto Schumpeter como Keynes tornam-se incompatíveis com o modo de pensar economia das multinacionais já que, de diferentes modos, foram arautos da economia dos Estados nacionais.

<sup>11</sup> A lógica dos modelos é uma questão à parte de sua significância. Porque sempre tentar fazer modelos pode ser porque se supõe que a formulação matemática de uma proposição torna ela mais confiável ou mais científica, mas a formalização em si não responde pelo poder explicativo do modelo. A pergunta a seguir consiste em saber se o objetivo é a consistência do modelo ou a explicação da realidade.

A querela entre o historicismo e o empirismo está instalada. Terá que reconhecer a pesada tradição de construção de uma visão histórica científica, desde Hegel e Marx a Simmel, Rickert e Weber. A querela acerca da cientificidade dos estudos históricos terá que ser enfrentada à luz do aumento das estruturas de informações com que se convive em história. Será através dos limites da cientificidade de um historicismo descritivo e de um empirismo deshistoricizado que se colocarão os modos de organização do trabalho científico. A partir dos requisitos próprios do estatuto de ciência do campo social que se estabelecerão diferenciações entre uma ciência que aceita indagações essenciais e disciplinas que usam conhecimento estabelecido para garantir operacionalidade. Logicamente, nem todas as atividades de pesquisa no campo social podem aspirar ao estatuto de ciência e a todo momento algum campo de interesse é defendido como ciência sem preencher qualquer requisito de indagação. Uma epistemologia da elucidação como defende Jean-Michel Berthelot<sup>12</sup> levará, necessariamente, a descartar as atividades meramente reprodutoras de conceitos e de procedimentos e envolveria um compromisso com o significado da teoria para a sociedade. A teoria terá que ser criativa. Em um esforço semelhante ao de Kant, quando ele isolou a razão como uma faculdade e como um poder criativo, tentará ultrapassar sempre os limites do entendimento e arriscar-se com a razão como porta de entrada ao labirinto do mundo social. Significaria que a busca de uma visão historicamente fundamentada da teoria da ciência carregaria um sentido de crítica que passa a sustentar uma escolha de objetivos e uma definição de método.

### 2.3 Uma partida sem retorno

Parte-se aqui de uma base controversa. Uma visão social da teoria da ciência implica em marcar o fundamento social da ciência e presume que se saiba qual visão será essa. Elaborar um discurso de aproximação crítica da teoria da ciência envolve dois pressupostos iniciais, que são os de que o pensamento teórico no campo social tem estatuto de ciência e de que ele se coloca historicamente, isto é, que ele é o resultado de uma experiência. Concordaremos com as ciências da natureza no que precisamos de cláusulas de cientificidade. Não se pode pensar em cientificidade sem considerar o material com que se faz ciência, isto é, observações e critérios de articular observações. Ora, as observações não estão soltas de eventos anteriores, mesmo quando representam rupturas. Quanto uma colônia pode evitar ser uma ruptura com os colonizadores? Era mais fácil quando se tratava da velha colonização formal que quando se trata da dominação em rede<sup>13</sup> de hoje.

A colonização precisa ser revisada, porque ela implica em condicionamento do modo de pensar e do que vem a ser uma identidade independente. Mas é um processo multifacético que acompanha a história da civilização como uma projeção de interesses políticos que combinam ingredientes econômicos e políticos, usando símbolos religiosos como mostrou Ferro (2006). Os mexicanos afirmaram-se identificando-se com a endogenia indígena frente aos espanhóis, apesar de tudo que há de nebuloso sobre o mundo indígena inspirador, desde a dificuldade em estabelecer a cara dos indígenas até a da formação do sistema civilizacional<sup>14</sup>. As

---

<sup>12</sup> Jean-Michel Berthelot, *Sociologia, História e Epistemologia* (Ijuí, Ed.Ijuí, 2005)

<sup>13</sup> Inserimos aqui uma paráfrase à tese de Antonio Negri sobre poder em rede, apontando a uma formalização histórica na forma de poder da colonização. Os sistemas coloniais dependeram da alienação das elites coloniais. A alienação instalou-se como uma marca registrada dos processos coloniais

<sup>14</sup> O exemplo é extremamente rico porque situa a questão da pluralidade de civilizações na América, que aumenta com as pesquisas arqueo-antropológicas, que torna provisórias quaisquer tentativas de sistematização da formação do povoamento no continente. O conhecimento que se acumula serve mais para derrubar anteriores teses simplificadoras e para negar preconceitos europeus que para construir um modelo explicativo dos processos de formação social no continente. Ao aumentar o conhecimento sobre as civilizações pré-hispânicas



observações são parte de um olhar educado, filosófico ou científico, pelo que constituem uma ação do observador. Parte-se de observações selecionadas e repetidas – lembremos de Aristóteles – que sustentam o trabalho científico. Uma visão social da teoria da ciência passa por esse problema essencial de observar como prática identificatória. Elaborar um discurso de aproximação crítica da teoria da ciência para manter-se atual pressupõe que o pensamento teórico no campo social tem estatuto de ciência e que ele é o resultado de uma experiência cumulativa. Ciência é inseparável de cumulatividade assim como que esta está sujeita a ganhos e perdas, que podem ser avanços e recuos ou focalização ou perda de foco, em todo caso, que o progresso da ciência pode significar que se descobrem problemas que antes não eram percebidos. Coloca-se a necessidade de desenvolver critérios de comparabilidade que acompanham esse movimento do conhecer. Por isso, concordaremos com as ciências da natureza no que necessitamos de cláusulas de cientificidade. Mas enfrentamos dificuldades maiores que as enfrentadas pelas ciências naturais, por conta de problemas de cognição e de subjetividade. No campo social as cláusulas de cientificidade contemplam subjetividade em geral e memória, que é o atributo essencial da história, que se registra à medida que se recupera e passa a fazer parte de um quadro compreensível. É o que se tem, por exemplo, com a análise social da América, quando ela sai do marco das invasões européias do século XVI e se defronta com a história das civilizações americanas autóctonas.

A questão que se estabelece a seguir com o empirismo vem de que no momento em que se formaliza o discurso social se remete a fatos, portanto, resulta em seleção de material empírico e de modo de manejar esse material. A crítica formulada por Theodor Adorno ao quantitativismo tem um significado muito mais profundo que a de simples rejeição da sociometria, dirigindo-se mais ao relativo ao significado social da análise. A análise social encontra-se sempre diante de disjuntivas de escolha de temas e de abordagens. Temas essenciais – que não podem ser ignorados – temas intelectualmente atrativos ou que simplesmente estão na moda. A escolha de temas tem sempre conseqüências práticas de método já que determinam as dificuldades que serão encontradas. As ciências do campo social são inevitavelmente históricas, isto é, têm que construir seus próprios pontos de apoio em observações organizadas. Haverá, adiante, um problema relativo a quais observações sobre quais objetos, mas será uma questão pré-determinada pela pergunta que se quer responder. As perguntas da Economia Política não são as mesmas da economia neoclássica porque envolvem as relações de causalidade da formação da renda e de sua distribuição e não só os mecanismos de funcionamento do mercado.

Com sua ancoragem histórica a ciência social se depara com o problema de singularidade dos acontecimentos e com o de subjetividade das observações. Terá que garantir a cientificidade de seu trabalho resolvendo de modo combinado o relativo a normatividade de procedimentos e cumulatividade de resultados. Em outras palavras as ciências sociais encerram um desafio maior para a teoria da ciência, que depende de uma dupla determinação no plano da construção dos conceitos e no de sua pertinência no mundo real.

A diversidade das ciências sociais obriga a trabalhar com uma solução de compromisso entre os integrantes das diferentes disciplinas do campo social. Com esta tensão interna do campo social, a questão que nos atrapela é a necessidade de correr contra o tempo para chegar antes à contração do tempo representada pelo esforço da academia dependente para homologar normas compatíveis com o projeto de validade indeterminada do sistema capitalista, que é uma visão desde dentro do processo social, onde se formam e se dissolvem sociedades, onde se realiza o confronto entre os interesses que definem os rumos da formação da ciência. A

---

torna-se gradualmente mais tênue a divisão entre o conhecimento do mundo social de hoje e do antigo, assim como se torna mais fraca a justificativa de supor que a civilização começa com a invasão européia.

rigor, a visão histórica da teoria da ciência mostra que ela representa uma projeção de uma percepção de classe dos temas da vida social. Haverá, portanto, posições de classe conscientes do significado histórico da colonização e posições que tomam a colonização como algo natural, historicamente irrelevante. Se percebemos os efeitos indiretos prolongados será preciso esclarecer quem olha a história e qual olhar, condicionado pela dominação ou consciente das diferenças de posição perante processos temporalmente determinados.

Esta questão retorna com outras roupagens. Os processos sociais acontecem em espaço-tempo, com uma expressão temporal que combina diferentes escalas de tempo, como a duração da vida das pessoas e a dos equipamentos urbanos. O encolhimento do tempo promovido pelo avanço do grande capital na produção de alta tecnologia encobre uma verdade mais profunda do sistema, que consiste, justamente, em ganhar tempo, em fazer o tempo dos processos de renovação e de reprodução do sistema. Os segmentos da sociedade que ficam tecnologicamente atrasados tornam-se vulneráveis aos ataques dos sistemas que se renovam com mais rapidez, tal como ficou evidenciado nos ataques das potências ocidentais ao Japão e à China.

Redescobre-se o mundo social por esse fio de Ariadne que é o tempo. A lenda do labirinto nos esclarece. O fio condutor leva em uma direção que é a de ir ao centro para enfrentar o monstro. Mas é uma viagem sem retorno em todos os sentidos porque constrói a relação do observador com o observado. Uma pesquisa social realizada durante a década de 1980 constitui um espaço de observações datadas que, mesmo que sejam parte de séries mais longas, representam um conjunto que é o da especificidade daquele momento histórico. Quando falam de 68 e da geração de 68 aludem ao espaço tempo europeu, podem se referir à chamada Primavera de Praga, mas não se referem ao Massacre de Tlatelolco nem à Revolução Cultural da China. A datação tem as duas funções de declarar a pertencência dos fatos e de inserir critérios de separação entre processos tecnicamente semelhantes mas que carregam diferenças insuperáveis. Resumindo, o tempo histórico nunca é somente serial. Como o material das ciências sociais está todo nas dobras do tempo histórico, podemos supor que ele simplesmente não cabe nas conceituações de tempo das ciências da natureza.

#### 2.4 Modos de historicidade

O tratamento de material histórico implica em reconhecer peculiaridades que não podem ser menosprezadas. As peculiaridades são essenciais e é por isso que não podemos acompanhar o projeto de cientificidade das ciências da natureza, que pretendem construir conhecimento sobre generalizações. Como diz Habermas, “*a compreensão não deve ser pensada tanto como uma ação de subjetividade quanto como o entrar num acontecer de tradição no qual o passado e o presente estão em continua mediação*”<sup>15</sup>. Convivemos com diferentes condições de historicidade e de consciência da história como e enquanto condição de vida. A colonização cria uma diferenciação social que transcende os fatos concretos das colônias e se instala como uma das principais diferenças das sociedades modernas. Extintas as colônias, ficam laços de subordinação renovados, o ranço de superioridade por parte dos antigos colonialistas e uma grande dificuldade para lidar com preferências culturais. As ciências sociais têm sua própria história e não podem ser tomadas como uma resposta a um desenvolvimento da ciência natural como alega Habermas. A historicidade das ciências do campo social muda ao longo do tempo e é nossa tarefa descobrir como elas se colocam hoje para nós. Formaram-se com suas regras próprias que as eximem de terem que se justificar perante os critérios das ciências da natureza. Desde Helvetius e Vico a posição da ciência social se delineia de modo autônomo ao das ciências da natureza, sobre o

<sup>15</sup> Jürgen Habermas, *Dialética e hermenêutica*, (Porto Alegre, L&PM, 1987, PP.14)

reconhecimento de processos coletivos que tinham uma raiz ética e outra em observações dos processos sociais que vinculavam a vida política à formação de condições concretas de organização social. A defesa dessa autonomia passa à teoria do conhecimento do campo social. Por ser necessariamente histórico, o campo social tem que se remeter ao conjunto dos saberes, isto é, partir de uma gnoseologia como nos diz Nicolai Hartmann<sup>16</sup> capaz de situar a epistemologia como uma teoria do conhecimento auto-limitada. É uma postura indiretamente referendada pelos próprios neo-kantianos, quando consideram que suas regras só se aplicam plenamente em seus próprios objetos.

Despreendida dos preceitos da ciência natural, a ciência social encontra-se diante de uma crise própria sua, com a diluição da unidade do mundo europeu, até agora sua principal fonte de territorialidade que passa a estar constituído de nações pluri-étnicas, carregadas de culturas praticamente inassimiláveis. Se os alemães, como dizem Deleuze e Guattari<sup>17</sup> procuraram sua própria territorialidade na Grécia arcaica, agora se encontram com seu território impregnado da presença de seus antigos inimigos, enquanto ingleses e franceses convivem com o refluxo de seus antigos sistemas coloniais. A ciência social precisa reconsiderar seus fundamentos em território e composição de classes para contar com referências razoáveis de identidade. A questão é que para todas as nações que já foram colonizadas ou que surgiram em um contexto de colonização essas qualificações são insuficientes ou simplesmente contribuem para criar um quadro equivocado dos processos do poder. Historicamente, o sistema do capital surgiu de processos de exploração maciça, que começou com o maior holocausto da história da humanidade, perpetrado nas Américas por portugueses e espanhóis e secundado por holandeses, franceses e finalmente por ingleses. A ciência social tem que dar conta de um mundo formado sob a colonização e modernizado mediante a ação de mecanismos de concentração de poder herdados do sistema colonial.

Pressionados por uma desconfiança tácita da comunidade da epistemologia da ciência com a consistência do que se produz no campo social, bem como empurrados por uma reação do pensar o mundo social em sua legitimação científica, procura-se uma linha de sutura antes que de ruptura entre a pertinência do que se produz e sua homologação como ciência. No fim, trata-se de que o pensar o mundo social ponha suas próprias condições de cientificidade e se desprenda do julgamento dos que labutam com as ciências da natureza. O compromisso com um saber materialmente consistente, no sentido que se lhe dá na lógica medieval, torna-se imperativo. Comungaremos com Stengers (2002, pp.35) quando diz que *“a definição de ciências nunca é neutra, já que desde que a ciência dita moderna existe o título de ciência confere direitos e deveres àquele que se diz cientista. Toda definição, aqui, exclui e inclui, justifica ou questiona, cria ou proíbe um modelo”*. Acrescentaremos que, numa perspectiva social, surgem inevitavelmente, críticas à própria lógica da modelagem, que pressupõe a validade de reduzir situações complexas a representações simplificadas. A segunda metade do século XX marcou uma notável dispersão entre tendências no campo social, desde alguns trabalhos de uma espécie de novo enciclopedismo a posturas críticas no interior dos grandes paradigmas, especialmente nos desdobramentos do campo marxista, com reavaliações de pensamento ortodoxo, destacando-se o neoliberalismo e certas manifestações que podem ser classificadas como neokantianas. Além disso, ficou marcado por uma

---

<sup>16</sup> Nicolai Hartmann, *Metafísica del conocimiento*, 2 vols. (Buenos Aires, Losada, 1957) O obscuro Hartmann foi esquecido mas deixou uma obra poderosa que não foi eliminada pelas traças. A audácia de se colocar deliberadamente contra todas as correntes de pensamento prevalecentes e defender a primazia da ontologia sobre todas as indagações filosóficas terminou por ter um efeito retardado sobre os fundamentos filosóficos das ciências sociais.

<sup>17</sup> Gilles Deleuze e Felix Guattari, *O que é a filosofia* (São Paulo, Editora 34, 1996)

presença significativa de pensadores não centrais, se esta expressão define tudo fora do eurocentrismo e da área norte-americana: Estados Unidos e Canadá. A globalização acirrou em vez de eliminar esse regionalismo, ao apresentar os diversos provincianismos das nações mais poderosas como internacionais. Exportam-se os localismos espanhóis, franceses, ingleses e agora norte-americanos como se eles fizessem parte de uma cultura da globalização.

Com todos esses esqueletos de parentes velhos no armário, configura-se um problema renitente no relativo à possibilidade ou ao poder de generalizar, já que aqui não há situação alguma em que se possa generalizar como com a lei da gravidade. Parte-se de alguns questionamentos sobre as condições de generalização de observações que funcionam como crítica da tendência a copiar no campo social e de modo acrítico procedimentos estabelecidos no campo das ciências da natureza. Trata-se do uso de estatísticas e as condições para as análises de probabilidade. Tal como mostrou Bertrand Russell criticando Lord Keynes, o uso de probabilidades está condicionado pela determinabilidade das informações. Alguns grandes temas, tais como totalidade, pluralidade e historicidade representam desafios que ganham novos contornos frente aos rumos das relações entre capital e trabalho.

A perspectiva social da teoria da ciência reflete o significado social do trabalho científico que não se separa da vida social. Frente àquela epistemologia que nega estatuto de ciência às ciências sociais, pondera-se que a ciência é uma forma de conhecimento gerada pela sociedade para resolver seus problemas. As peculiaridades dos estudos do mundo social - pluralidade, subjetividade, memória, historicidade – se realizam sobre ambientes naturais e o valor das observações do mundo natural surgem do modo como elas afetam a vida social. Distinguiremos a história da ciência da perspectiva histórica da teoria da ciência e apresentaremos uma abordagem social da teoria da ciência. Nesta perspectiva tomaremos as relações do campo social das ciências com a visão em perspectiva da formação da teoria. Há uma poderosa literatura sobre teoria da ciência produzida desde o campo da Física, com o desenvolvimento de uma epistemologia apoiada nas premissas das ciências físicas, assim como há uma literatura que se define sobre pressupostos do campo social. Uma grande parte do fosso entre o campo das ciências físicas e o das ciências sociais vem de diferenças de origem no relativo a demonstração, em que as ciências sociais seriam vistas como menos científicas por não poderem controlar suas demonstrações de modo equivalente às do campo físico. Tal separação desapareceu na medida em que as ciências do campo físico substituíram suas práticas experimentais por demonstrações matemáticas que são meramente formais e em que as ciências humanas em geral se dividem entre abordagens quantitativas e qualitativas.

Progressos das ciências físicas ao longo do século XX significaram ao mesmo tempo ampliação da esfera do conhecimento organizado e revelação de limitações e contradições do processo de formação do conhecimento científico. Os objeções de Feyerabend e Oskar Morgenstern são marcantes nesse sentido. Diferenças entre as condições de verificação e de acumulação de resultados de verificações, não só separam o conhecimento científico do conhecimento técnico como delineiam objeções do campo social, essencialmente histórico, ao positivismo explícito de figuras como Nagel e Cassirer, dando uma roupagem metodológica às obras de Louis Pasteur e Claude Bernard; ou ao positivismo de Popper e Bachelard, apresentado, respectivamente, como realismo crítico e como racionalismo aplicado. O que é ciência precisa da positividade da relação com o objeto porque não pode se reproduzir em um ambiente completamente indeterminado, mas não há como evitar polêmica quando se demarca as observações ao lado positivo do campo observado e rompe com a

historicidade dos acontecimentos. Não podemos esquecer do que nos lembra Spinoza quando nos diz que toda afirmação envolve uma negação. Mas o que fica sendo ciência é algo que se coloca como uma prática resiliente, que sobrevive a definições e demais atos de fé.

A verificabilidade é um problema que deve preocupar as ciências físicas, enquanto a indeterminação espereita o campo social. Não se pode reproduzir movimentos sociais em laboratório, mas também surgem dúvidas quanto à representatividade das experiências de laboratório para o campo da Física. Ao colocar-se em tela de juízo os modos de demonstração aceitos pela ciência, torna-se inevitável criticar o problema geral de demonstração. A crítica da demonstração é a da cientificidade do campo das ciências naturais, do mesmo modo como a crítica da historicidade é a campo social. As ciências sociais enfrentam dois tipos de dificuldade e não podem ser ignorados que são justamente esses de historicidade e de subjetividade.

Encara-se o duplo caráter de reavaliação e de indicação de uma agenda de trabalho que encontrará seus próprios rumos. Temos procurado pontes e fios condutores entre o mundo social e o da natureza, com a ressalva de que nossa crítica à auto-suficiência no campo das ciências da natureza rola igualmente com os patriarcas daquelas ciências sociais que universalizam observações sobre o mundo saxão como se devêssemos alguma obediência aos das universidades inglesas e americanas. A vacuidade ontológica das “social sciences” norte-americanas leva a migrar para rever os caminhos tortuosos da identidade européia da ciência no campo social. A opção pela aparência, manifestada na fenomenologia, a rejeição aos fundamentos e à causalidade, que se tornaram uma marca registrada da racionalidade operacional do alto capitalismo, converteram-se em ponto fraco do próprio capital, a braços agora com uma crise que ultrapassa em escala e complexidade a famosa crise de 1930<sup>18</sup>. A contradição essencial representada pelos estudos de caso se explica como parte de uma visão casuística de processos percebidos como coleções de eventos isolados.

### 3 A LINGUAGEM DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Certamente há um problema com linguagem como meio de comunicação e como instrumento de dominação. As ciências sociais sempre precisaram enfrentar um problema básico de articular a esfera da individualidade com a da coletividade. Os movimentos das coletividades podem ser submetidos a quantificação e oferecerem resultados que registrem padrões de regularidade assimiláveis a leis de comportamento. No eixo entre o sentido de finalidade do trabalho científico e as técnicas de pesquisa colocam-se os questionamentos de valores, tais como liberdade e mobilidade, e o relativo a análise comportamental. Há uma questão a esclarecer relativa ao papel da análise comportamental ou um universo em que é preciso delimitar os âmbitos de validade dos comportamentos. Por exemplo, a preferência de um eleitorado feminino não revelará muito se não for qualificada com informações sobre grupos de renda, educação e aspectos não racionais tais como opções de religião. As presunções sobre racionalidade dos comportamentos pode ser inferida da objetivização dos

---

<sup>18</sup> Istvan Mészáros (A crise estrutural do capital, Boitempo, 2009) nos traz uma visão totalizante desta crise, que se coloca como do modo do capital em geral e não só do capital engajado nos setores mais frágeis do sistema. Em trabalho anterior (A hidra de Lerna, SEI, Análise & Dados, 2010) procurei mostrar que a crise supostamente controlada recrudescer como crise estrutural da União Européia liderada pela Alemanha, que passa a descartar os países menores, principalmente os do Mediterrâneo. O exemplo mais novo da Irlanda reitera que se trata de uma limitação estrutural do sistema europeu que continuou operando sobre relações privilegiadas que não têm espaço para os europeus ex-colonizados, como a Irlanda. Tudo é parte de um realinhamento geral da economia mundial causado pela ascensão de países emergentes, especialmente da Índia e da China.

comportamentos mas envolve elementos não racionais tais como predominância racial ou simplesmente rejeição a outros padrões de socialidade. Por exemplo, católicos são tradicionalistas, protestantes são preconceituosos e gananciosos etc. A história dos comportamentos poderá ser parte de uma mesma formação social, tal como acontece com os países colonizadores, que compartilharam uma mesma visão de dominação do mundo, ou poderá pertencer a diferentes formações sociais, tal como foi, e ainda é, o caso dos colonizados. De qualquer modo, essa análise ficará na superfície do problema se não considerar os motivos dos comportamentos, isto é, se não entrar nos fundamentos ideológicos do agir dos diversos participantes do mundo social. Ideologia é o conceito chave que liga as estratégias dos grupos às condições de sua formação. Representa o conjunto de valores e interesses historicamente formados com que se movem os grupos organizados, que definem sua situação concreta de classe.

Ao acompanhar o aparecimento e as alterações nos conceitos de classe e de massa – e agora o de multidão (NEGRI, 2009) – registram-se mudanças na esfera de coletividades que levam a teorizações sobre situações estáveis, relações estruturais e fenômenos esporádicos, sempre apontando a relações causais inerentes a esse conjunto. A teoria é teoria da realidade social, pelo que a teoria da ação deve ser uma explicação do agir dos grupos organizados que são os protagonistas do cenário social. Como os indivíduos são sempre parte de contextos coletivos, é preciso pensar que a esfera da análise da individualidade deve se inserir na do coletivo.

### 3.1 Caminhos críticos no labirinto

Finalmente, trata-se de identificar caminhos para se mover no labirinto do mundo social e encontrar respostas progressivas para problemas essenciais. Nesse caso, a estruturação de sociedades nacionais se apresenta com conflitos internos determinados por contextos externos. As inter-relações entre Estado e formação de classes deverão não podem desconhecer os processos de migrações nem as condições diferenciadas de mobilidade herdadas dos sistemas coloniais. O que se aceita como efetivamente colonial compreende uma variedade de situações, desde aquelas de pessoas que não foram tocadas diretamente pelas migrações até aquelas de pessoas que migraram e passaram a viver situações inusitadas. Descobre-se a mobilidade incorporada nesses conceitos. Na luta pela ciência em sociedades obscurantistas ou alienadas a idéia do labirinto incomoda porque indica uma situação que não pode ser ignorada. À parte rejeitar subordinação às ciências naturais, que têm as ciências sociais para oferecer? Como enfrentam os dilemas das sociedades novas que precisam reconstruir sua relação com o passado?

Percebe-se que o programa proposto por Habermas<sup>19</sup> fracassa simplesmente porque se acolhe a duas linhas de fuga que são a de substituir questões substantivas por problemas de linguagem e a de retornar às estratégias de simplificação. As primeiras se voltarão para os elementos formais - lingüística e não produção social da linguagem – enquanto a segunda optará por uma análise de elementos gerais constitutivos da lógica do

---

<sup>19</sup> Trata-se aqui da *Teoria da Ação Comunicativa* (2 vols. Taurus, Madrid, 1987) que representa um programa de trabalho diferente daquele indicado em obras anteriores de Habermas, quando ele estava mais próximo do modo do grupo de Frankfurt. Em trabalhos anteriores, como em *La lógica de las ciencias sociales* (Madrid, Tecnos, 1987) Habermas voltou ao tema da disputa com o positivismo aprimorando seus argumentos de 1964, mantendo-se na perspectiva de uma crítica quase hegeliana ao que denomina de racionalismo diminuído de Popper. Com conceitos genéricos como de mundo vivo e com uma teoria da ação social genérica que o aproxima de Talcott Parsons, Habermas passou a representar uma trajetória de ecletismo que o situa como neo-kantiano ou simplesmente como tendente ao liberalismo econômico e a um pós-modernismo fragmentário. Reaparecerá em 1992 com uma perspectiva construcionista em seu *Direito e democracia, entre facticidade e validade*, com sua inesgotável capacidade de se renovar.



capital em vez de trabalhar sobre o geral e o específico da estrutura social. É como uma teoria do capital sem exploração, equivalente a uma sociedade do conhecimento sem pessoas.

Esta outra perspectiva levaria a tomar como entrada ao labirinto a articulação entre a divisão do trabalho, a alienação e a exploração. Este é o trinômio que resume o movimento central do capitalismo como sistema social, que integra os elementos materiais da produção com os do controle social e com os ideológicos. Interpretá-lo constitui um desafio ainda por superar, que nas palavras de Istvan Meszáros é um fardo do tempo histórico que temos que carregar. Esses três ângulos são interativos. A divisão do trabalho gera alienação de trabalhadores diretos e de pessoas articuladas pelos empregos dos trabalhadores. A alienação é um processo altamente contaminante, que torna as pessoas em engajados obedientes, instrumentos da exploração de que eles mesmos são vítimas. A tônica do sistema é a exploração que se realiza com diversas justificativas.

O mistério do sistema gira em torno da divisão do trabalho, que se realiza guiada pelos interesses do capital, mas dentro do polígono limitado pela extensão e pela composição do mercado. Além disso, a divisão do trabalho reflete condições específicas de organização social da produção e de tecnologia. Gera um quadro de postos de trabalho já atrelados a certa funcionalidade, com salários definidos e condições de mobilidade dos trabalhadores também estabelecidas. Assim, a divisão do trabalho determina as condições concretas da alienação e da exploração que se realizam dentro dos estabelecimentos produtivos. Esse é o tema que está soterrado sob o formalismo da análise positivista que denomina de teoria qualquer achado de análise. Uma extração de mais valia fora dos estabelecimentos produtivos e por conta do controle da despesa pública por parte do capital privado é uma dimensão sistêmica da mais valia.

Pergunta-se, como se forma socialmente o conhecimento? Nas academias ou no universo das práticas em que as academias são apenas uma instância e um exemplo? A pesquisa sobre os meios de produção de conhecimento logicamente é uma investida sobre a relação entre ciência e sociedade que não está nos manuais dos adeptos da epistemologia ortodoxa. A visão capitalista desse problema privilegia a relação entre indivíduos concretos e conhecimento genérico, desconhecendo os processos sociais do conhecimento e a apropriação coletiva de conhecimento. (Jürgen Habermas, *La lógica de las ciencias sociales*, Madrid, Tecnos, 1988, PP.21). Esse trabalho é uma revisão crítica do positivismo visto como uma racionalidade diminuída. A passagem da razão prática kantiana a uma racionalidade de um coletivo equivale, em termos marxistas, a procurar a racionalidade possível a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas, que vem a ser um programa que só pode ser realizado sobre dados de situações históricas concretas. Nesse contexto coloca-se a relação entre Estado e empresa e como derivada, a relação entre as universidades e as empresas, como se as empresas representassem a sociedade civil e não aos interesses do capital.

Somos levados a distinguir as combinações e as seqüências de práticas que se materializam em cada momento e constituem o meio pelo qual se expressam as ideologias. Uma teoria social da ciência terá que se colocar sobre o contexto ideológico em que se realizam a produção e a comercialização. Já Althusser tinha identificado as ideologias com soluções práticas de produção e de controle de poder sob a designação geral de aparelhos ideológicos do Estado, quem sabe porque, desconhecendo os equivalentes aparelhos ideológicos do grande capital. A referência ao trinômio divisão do trabalho, alienação e exploração refere-se ao sistema de poder em seu conjunto, em que o poder em seu sentido mais amplo se organiza na inter-relação entre o Estado e o capital privado e em que o poder de resistência dos diversos trabalhadores tem se afirmado no contrapé dos movimentos de extração de mais valia do capital. A pressão do capital para ganhar espaços de poder se exerce

através do controle dos aparelhos do Estado mas, também, e principalmente, pelo controle de mecanismos de pressão sobre grupos e setores específicos da sociedade, pelo controle da mídia. O papel do Estado e das empresas muda segundo mudam as relações de força entre o Estado e as empresas e com a sociedade civil em geral e com os trabalhadores em especial.

O capital privado cria uma coorte de aparelhos ideológicos organizados a partir da idéia principal de liberdade de acesso a mercado e a consumo, isto é, liberdade de consumidores. Para isso usa aparelhos ideológicos diretos e indiretos em que os segundos são os mais penetrantes e mais eficazes no controle social. Esses aparelhos incorporam elementos pré-capitalistas, tais como a idealização de primitivismo como forma de liberdade ou como a violência legitimada pela mídia, que são apresentados como formas de lazer que escapa do controle social exercido sobre o cotidiano. Todos esses elementos convergem para uma valorização do individualismo que é essencial para a reprodução ideológica do capital e funciona como contenção de tensões de insatisfação por desigualdade de renda. O sistema de poder do capital encontrou meios de controle social que transcendem do sistema produtivo e penetram na vida privada das pessoas. Desse modo o capital constrói aparelhos ideológicos de controle social, inclusive criando falsas expectativas de mobilidade. Essa é a falsa porta de saída do labirinto.

---

Artigo submetido para avaliação em 14/02/2014 e aceito para publicação em 10/12/2014

---

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Dialectica negativa**. Madrid: Taurus, 1975.
- ADORNO, Theodor y otros **La disputa del positivismo en la sociologia alemana**. Barcelona: Grijalbo, 1973.
- ALTHUSSER, Louis. **Política e história, de Maquiavel a Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BERTHELOT, Jean-Michel. **Sociologia, História e Epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005
- CASTELLS, M., Monod, J. et al., **Epistemologia e ciências sociais**. Porto: Edições Res. 1978.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAZARFELD, Paul. **Philosophie des sciences sociales**, Paris: Gallimard, 1970.
- LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón, Mexico**: Fondo de Cultura Economica, 1967.
- MARSHALL, Alfred, **Principles of economics**, Londres, Macmillan, 1968.
- MARCUSE, Herbert. **Ontologia de Hegel y teoria de la historicidade**. Barcelona: Martinez Roca, 1960.
- MARX, Karl, ENGELS. Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARSHALL, Alfred. **Principles of economics**. Londres: Macmillan, 1967.
- NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**. Porto Alegre, DP&A, 2002.

PARSONS, Talcott. **The structure of social action**. Nova York: Free Press, 1968.

SARTRE, Jean-Paul. **La critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1970.

SCHUMPETER, Joseph. **Economic doctrine and method**. Princeton, 1960.

SCHUMPETER, Joseph **History of economic analysis**. Princeton, 1954.

SIMMEL, Georg. **Problemas de filosofia de la historia**. Buenos Aires: Losada, 1958.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1972.